

Identidade e Necessidade*

Saul Kripke

Tradução: Nicholas Ferreira**

Um problema que tem surgido frequentemente na filosofia contemporânea é “como sentenças *contingentes* de identidade são possíveis?”. Esta pergunta é fraseada em analogia com a maneira com que Kant formulou sua pergunta “como são possíveis os juízos sintéticos a priori?”. Em ambos os casos, geralmente foi tomado como certo; no caso de Kant, que juízos sintéticos a priori eram possíveis, e no caso da literatura filosófica contemporânea, que juízos contingentes de identidade são possíveis. Eu não pretendo lidar com a questão kantiana, exceto para mencionar esta analogia. Depois que um volumoso livro foi escrito na tentativa de responder à questão sobre como são possíveis os juízos sintéticos a priori, outros chegaram depois e alegaram que a solução para o problema era que juízos sintéticos a priori eram, na verdade, impossíveis, e que um livro que tentar mostrar o contrário seria escrito em vão. Eu não discutirei sobre quem estava certo em relação à possibilidade dos juízos sintéticos a priori. Mas, no caso de enunciados (*statements*) contingentes de identidade, a maioria dos filósofos sentiu que a noção de uma sentença de identidade contingente cairia em algo como o seguinte paradoxo. Um argumento como o seguinte pode ser dado contra a possibilidade de enunciados contingentes de identidade¹: Primeiro, a lei da substitutividade da identidade diz que, para quaisquer

¹ Este trabalho foi apresentado oralmente, sem um texto escrito, para a série de palestras da Universidade de Nova York sobre identidade, que forma o volume *Identity and Individuation*. A palestra foi gravada e o presente ensaio representa a transcrição dessas gravações, editadas apenas levemente sem qualquer tentativa de alterar o estilo do original. Se o leitor imaginar as sentenças deste ensaio como sendo ditas, extemporaneamente, com pausas adequadas e ênfases, talvez isso facilite sua compreensão. Ainda assim, talvez ainda haja passagens que são difíceis de acompanhar, e o tempo alocado fez necessária uma apresentação condensada do argumento. (Uma versão mais longa de algumas dessas visões, ainda um pouco comprimida e ainda representando uma transcrição de comentários orais, apareceu em *Semantics of Natural Language*, ed. By Donald Davidson e Gilbert Harman (Dordrecht: D. Reidel, 1972).). Ocasionalmente, tiveram que ser suprimidas algumas reservas, amplificações e gratificações de meus comentários, especialmente na discussão sobre identificação teórica e o problema mente-corpo. As notas de rodapé, que serão adicionadas ao original, teriam se tornado bem mais pesadas se isso não fosse feito.

* De *Identity and Individuation*, ed. Milton K. Munitz (New York University Press, 1971), pp. 135-64.

** A estrutura de alguns trechos do texto original foi modificada na tradução para que a leitura em português ficasse mais natural. Além disso, alguns trechos defeituosos encontrados no artigo original (páginas 2, 4 e 19) foram corrigidos. As justificativas para as correções se encontram nas notas de rodapé. (Nota do tradutor)

objetos x e y , se x é idêntico a y , então se x tem uma certa propriedade F , y também a tem:

$$(1) (x)(y)[(x=y) \supset (Fx \supset Fy)]$$

Por outro lado, certamente qualquer objeto é necessariamente idêntico a si mesmo:

$$(2) (x) \Box(x=x)$$

Mas

$$(3) (x)(y)[(x=y) \supset (\Box(x=x) \supset \Box(x=y))]^2$$

é uma instância de substituição de (1), a lei da substitutividade. De (2) e (3) nós podemos concluir que, para qualquer x e y , se x é igual a y , então é necessário que x seja igual a y .

$$(4) (x)(y)((x=y) \supset \Box(x=y))$$

Isso é porque a cláusula $\Box(x=x)$ do condicional é eliminada porque sabe-se que ela é verdadeira.

Este é um argumento que foi expresso muitas vezes na filosofia recente. Sua conclusão, porém, foi considerada altamente paradoxal. Por exemplo, David Wiggins, em seu artigo “*Identity-Statements*”, diz,

Agora, indubitavelmente existem enunciados de identidade contingentes. Seja $a=b$ um deles. Da sua simples verdade e de (5) [= (4) acima] nós podemos derivar “ $\Box(a=b)$ ”. Mas como então pode haver qualquer enunciado de identidade contingente?³

Ele então diz que são possíveis cinco reações diferentes a esse argumento e rejeita todas elas, e reage do seu próprio jeito. Eu não quero discutir todas as

² No texto original, a fórmula (3) foi escrita como $(x)(y)(x=y) \supset [\Box(x=x) \supset \Box(x=y)]$. No entanto, isso está equivocado, pois o escopo dos quantificadores não está abrangendo a fórmula toda. Esta fórmula diz que se qualquer coisa é igual a qualquer coisa, então se é necessário que $x=x$, então é necessário que $x=y$. Além do fato de o antecedente ser uma falsidade óbvia, o conseqüente nem ao menos poderia ser verdadeiro, porque as variáveis x e y estão livres, já que o escopo da quantificação não as abrange. Assim, o conseqüente desse condicional não seria uma fórmula fechada e, portanto, não poderia ter um valor verdade.

A correção feita é apenas a modificação do escopo dos quantificadores para se adequar à fórmula (1), da qual a (3) é uma instância de substituição. (Nota do tradutor)

³ R. J. Butler (ec.), *Analytical Philosophy*, Second Series (Oxford: Blackwell, 1965), 41. [Nota de edição: David Wiggins retrocedeu a defesa de identidade contingente em *Identity and Spatio-Temporal Continuity* (Oxford: Blackwell, 1967), ver n. 7 lá. Ele defendeu a necessidade da identidade em “On Sentence Sense, Word Sense and Difference of Word Sense”, em D. Steinberg e L. Jakobovits (eds.), *Semantics: An Interdisciplinary Reader* (Cambridge: Cambridge University Press, 1971).]

possíveis reações a este enunciado, exceto para mencionar a segunda das quais Wiggins rejeitou. Ele diz,

Nós poderíamos aceitar o resultado e advogar que dado que “*a*” e “*b*” são nomes próprios, nada é impróprio. A consequência disso é que nenhum enunciado de identidade contingente pode ser feito por meio de nomes próprios.

E então ele diz que ele e muitos outros filósofos estão descontentes com esta solução, enquanto outros advogam por ela.

O que faz o enunciado (4) parecer surpreendente? Ele diz que, para quaisquer objetos *x* e *y*, se *x* é *y*, então é necessário que *x* seja *y*. Eu já mencionei que alguém pode objetar este argumento baseando-se em a premissa (2) ser falsa, isto é, que não é o caso que tudo é necessariamente idêntico a si próprio. Bem, por exemplo, eu sou idêntico a mim mesmo? Alguém pode argumentar que em algumas situações que nós podemos imaginar, eu nem mesmo existiria e, portanto, o enunciado “Saul Kripke é Saul Kripke” seria falso ou não seria o caso que eu seria idêntico a mim mesmo. Talvez, não seria nem verdadeiro nem falso, no mundo em questão, dizer que Saul Kripke é idêntico a si mesmo. Bem, pode ser que sim, mas na realidade isso depende da posição filosófica que se adota em relação a um tópico que eu não vou discutir, a saber, o que deve ser dito sobre valores de verdade de enunciados (*statements*) mencionando objetos que não existem no mundo atual ou em qualquer dado mundo possível ou situação contrafactual. Vamos interpretar necessidade aqui fracamente. Nós podemos tomar enunciados como necessários se sempre que os objetos mencionados neles existirem, eles serão verdadeiros. Se nós desejássemos ser muito cuidadosos em relação a isso, nós deveríamos ir na questão da existência como um predicado e perguntar se o enunciado pode ser reformulado na forma: Para todo *x*, é necessário que, se *x* existe, então *x* é idêntico a si mesmo. Eu não entrarei aqui nesta forma particular de sutileza porque isso não será relevante para meu assunto principal. Nem vou considerar realmente a fórmula (4). Qualquer um que acredita na fórmula (2), em minha opinião, se compromete com a fórmula (4). Se *x* e *y* são a mesma coisa e nós podemos falar sobre propriedades modais de um objeto, isto é, no linguajar usual, nós podemos falar sobre modalidade *de re* e um objeto *necessariamente* tendo certas propriedades como tais; se isso ocorre, então a fórmula (1), eu penso, deve ser verdadeira. Se *x* e *y* são o mesmo objeto, onde *F* é uma propriedade qualquer⁴, inclusive a propriedade envolvendo operadores modais,

⁴ No texto original, é dito “*Where x is any property at all [...]*”. No entanto, há aí um equívoco. A variável “*x*” aqui sempre se refere aos objetos sobre os quais a relação de identidade se aplica, e não à propriedade em

e se x tivesse certa propriedade F , então y tem que ter a mesma propriedade F . E isso é verdade mesmo se a propriedade F tem ela própria a forma de necessariamente ter outra propriedade G , em particular aquela de necessariamente ser igual a certo objeto. Bem, eu não discutirei a fórmula (4) em si porque por si mesma ela não assere, de qualquer enunciado particular verdadeiro de identidade, que ele é necessário. Ela não diz nada sobre *enunciados* (*statements*). Ela diz que para todo *objeto* x e para todo *objeto* y , se x e y são o mesmo objeto, então é necessário que x e y sejam o mesmo objeto. E eu considero que isso, se nós pensarmos sobre isso (de qualquer forma, se alguém não pensa isso, eu não vou argumentar em favor disso aqui), realmente leva a algo bem pouco diferente do enunciado (2). Uma vez que x , pela definição de identidade, é o único objeto idêntico a x , “ $(y)(y=x \supset Fy)$ ” parece ser, para mim, pouco mais que uma maneira loquaz de se dizer “ Fx ”, e então $(x)(y)(y=x \supset Fx)$ diz o mesmo que $(x)Fx$, não importando o que “ F ” é — em particular, mesmo se “ F ” expressar a propriedade de identidade necessária com x . Então se x tem essa propriedade (a de identidade necessária com x), trivialmente tudo que é idêntico a x a tem, como (4) afirma. Mas do enunciado (4) alguém aparentemente pode ser permitido deduzir que vários enunciados particulares de identidade devem ser necessários e isso deveria ser uma consequência bem paradoxal.

Wiggins diz, “agora, indubitavelmente há enunciados de identidade contingentes”. Um exemplo de um enunciado contingente de identidade é o enunciado de que o primeiro diretor geral dos correios dos Estados Unidos é idêntico ao inventor das lentes bifocais, ou que ambos são idênticos ao homem que foi alegado pelo *Saturday Evening Post* como seu fundador (falsamente alegado, pelo que sei, a propósito). Agora, alguns de tais enunciados são claramente contingentes. É um fato claramente contingente que um e o mesmo homem inventou as lentes bifocais e teve como trabalho o de diretor geral dos correios dos Estados Unidos. Como nós podemos reconciliar isso com a verdade do enunciado (4)? Bem, isso, também, é um problema que eu não quero entrar em detalhes, exceto para ser bem dogmático sobre ele. Eu penso que isso foi resolvido muito bem por Bertrand Russell, em sua noção do escopo de uma descrição. De acordo com Russell, pode-se, por exemplo, dizer com propriedade que o autor de Hamlet poderia não ter escrito Hamlet, ou mesmo que o autor de Hamlet poderia não ter sido o autor de Hamlet. Agora, aqui, certamente, nós não negamos a necessidade da identidade de um objeto consigo mesmo; mas nós dizemos que é verdadeiro, em relação a certo homem, que ele de fato foi a única pessoa a ter escrito Hamlet e, em segundo lugar,

questão. A propriedade, como se pode ver na fórmula (1), é denotada pela letra F , que é substituída na fórmula (3) pela propriedade envolvendo operadores modais, à qual o autor se refere nesta passagem. Provavelmente foi um engano do Kripke ao falar ou da pessoa ao fazer a transcrição. (Nota do tradutor)

que o homem que de fato escreveu Hamlet poderia não ter escrito Hamlet. Em outras palavras, se Shakespeare tivesse decidido não escrever tragédias, ele poderia não ter escrito Hamlet. Sob estas circunstâncias, o homem que de fato escreveu Hamlet não teria escrito Hamlet. Russell traz isso dizendo que em tal enunciado, a primeira ocorrência da descrição “o autor de Hamlet” tem um escopo amplo.⁵ Isto é, nós dizemos “O autor de Hamlet tem a seguinte propriedade: que ele poderia não ter escrito Hamlet”. Nós *não* asserimos que o seguinte enunciado pode ter sido verdadeiro: que o autor de Hamlet não escreveu Hamlet, pois isso não é verdade. Isso seria dizer que poderia ter sido o caso de alguém ter escrito Hamlet e não ter escrito Hamlet, o que é uma contradição. Agora, à parte dos detalhes da formulação particular de Russell disso, que depende de sua teoria das descrições, isso parece ser a distinção que qualquer teoria das descrições deve fazer. Por exemplo, se alguém se encontrasse com o presidente de Harvard e o considerasse um professor, esta pessoa poderia dizer: “Eu considerei o presidente de Harvard como um professor”. Com isso ele não quer dizer que ele tomou a proposição “O presidente de Harvard é um professor” como verdadeira. Ele poderia ter querido dizer isso, por exemplo, se ele tivesse acreditado que algum tipo de sistema democrático tivesse sido instaurado em Harvard, de maneira que seu presidente decidiu tomar a tarefa de ser um professor. Mas provavelmente não é isso que ele quer dizer. O que ele quer dizer, por outro lado, como Russell aponta, é “Alguém é o presidente de Harvard e eu pensei que ele fosse um professor”. Em um dos exemplos de Russell, alguém diz “Eu pensei que seu iate fosse bem maior do que ele é”. E o outro homem responde “Não, meu iate não é maior do que ele é”.

Dado que a noção de modalidade *de re*, e, assim, de quantificação em contextos modais, faz algum sentido, nós temos algumas soluções adequadas ao problema de evitar paradoxos se nós substituirmos descrições por quantificadores universais em (4), porque a única consequência com a qual nós lidaremos⁶, por exemplo, no caso das lentes bifocais, é que há um homem que inventou as lentes bifocais e que foi o primeiro diretor geral dos correios dos Estados Unidos, e ele é necessariamente idêntico a si mesmo. Há um objeto x tal que x inventou as lentes bifocais, e por uma questão de fato contingente, um objeto y , tal que y é o primeiro diretor geral dos

⁵ A segunda ocorrência da descrição tem um escopo estreito.

⁶ Na teoria de Russell, $F(\iota xGx)$ se segue de $(x)Fx$ e $(\exists!x)Gx$, dado que a descrição em $F(\iota xGx)$ tem o contexto inteiro como seu escopo (na terminologia do Russell de 1905, há uma ‘ocorrência primária’). Apenas então $F(\iota xGx)$ é ‘sobre’ a denotação de ιxGx . Aplicando essa regra a (4), nós obteremos os resultados indicados no texto. Note que, na forma ambígua $\Box(\iota xGx = \iota xHx)$, se uma ou ambas as descrições têm ‘ocorrência primária’, a fórmula não assera a necessidade de $\iota xGx = \iota xHx$; se ambos têm ocorrência secundária, ela assera. Assim, em uma linguagem sem indicadores de escopo explícitos, descrições devem ser construídas com o menor escopo possível — apenas assim $\sim A$ será a negação de A , $\Box A$ a necessidade de A , e assim por diante.

correios dos Estados Unidos, e finalmente, é necessário que x seja y . O que são x e y aqui? Aqui, x e y são ambos Benjamin Franklin, e pode ser certamente necessário que Benjamin Franklin seja idêntico a si mesmo. Então, não há problema no caso de descrições se nós aceitarmos a noção de escopo do Russell.⁷ E eu quero apenas, de maneira dogmática, deixar esta questão aqui e ir para a questão sobre nomes que Wiggins apresenta. E Wiggins diz que ele pode aceitar o resultado e advogar que, dado que a e b são nomes próprios, nada é impróprio. E então ele rejeita isso.

Agora, qual é o problema especial com nomes próprios? Pelo menos se não se está familiarizado com a literatura filosófica sobre este assunto, alguém ingenuamente pense algo como o seguinte sobre nomes próprios. Primeiro, se alguém diz “Cícero foi um orador”, então ele usa o nome “Cícero” nesse enunciado simplesmente para pegar um determinado objeto e então atribuir-lhe a propriedade de ter sido um orador. Se alguém mais usa outro nome, como, digamos, “Túlio”, ele ainda está falando sobre o mesmo homem. Atribui-se a mesma propriedade ao mesmo homem ao se dizer “Túlio é um orador”. Por assim dizer, o fato, ou estado de coisas, representado pelo enunciado é o mesmo caso alguém diga “Cícero é um orador” ou “Túlio é um orador”. Pareceria, portanto, que a função de nomes é *simplesmente* a de referir, e não de descrever os objetos nomeados através de tais propriedades como “ser o inventor das lentes bifocais” ou “ser o primeiro diretor geral dos correios”. Pareceria que a lei de Leibniz e a lei (1) valeriam não apenas na forma universalmente quantificada, mas também na forma “se $a=b$ e Fa , então Fb ”, sempre que ‘ a ’ e ‘ b ’ estiverem no lugar de nomes e ‘ F ’ estiver no lugar de um predicado expressando uma propriedade genuína do objeto:

⁷ Uma distinção mais recente com o mesmo propósito foi, certamente, a distinção medieval de *de dicto* - *de re*. Vários outros lógicos, especialmente Smullyan, apontaram que a distinção de Russell de escopo elimina paradoxos modais.

Para evitar mal entendidos, deixe-me enfatizar que eu com certeza não estou dizendo que a noção de escopo de Russell resolve o problema do ‘essencialismo’ do Quine; o que ela mostra, especialmente em conjunção com abordagens modernas modelo-teóricas para a lógica modal, é que a lógica modal quantificada não precisa negar a verdade de todas as instâncias de $(x)(y)(x=y.\supset.Fx\supset.Fy)$, nem a de todas as instâncias de ‘ $(x)(Gx\supset.Ga)$ ’ (onde ‘ a ’ deve ser substituída por uma descrição definida não vacuosa cujo escopo é todo ‘ Ga ’), para evitar tornar uma verdade necessária que um *e o mesmo homem* inventou as lentes bifocais e comandou o departamento dos correios original. A definição contextual de descrição de Russell não precisa ser adotada para garantir estes resultados; mas outras teorias lógicas, Fregeanas ou outras, que tomam descrições como primitivas, devem de alguma forma expressar os mesmos fatos lógicos. Frege mostrou que um contexto simples, não iterado, contendo uma descrição definida com escopo estreito, que não pode ser interpretada como sendo ‘sobre’ a denotação da descrição, pode ser interpretada como sendo sobre seu ‘sentido’. Alguns lógicos estiveram interessados na questão das condições sobre as quais, em um contexto intensional, uma descrição com escopo estreito seria equivalente à mesma descrição com um escopo amplo. Uma das virtudes do tratamento russeliano de descrições em lógica modal é que a resposta (grosso modo, a que descrições são um ‘designador rígido’ no sentido desta palestra) frequentemente se segue de outros postulados da lógica modal quantificada: não são necessários postulados especiais, como no tratamento de Hintikka. Mesmo se descrições são tomadas como primitivas, postulações especiais de quando o escopo é irrelevante podem frequentemente ser deduzidas de axiomas mais básicos.

$$(a=b \cdot Fa) \supset Fb$$

Podemos recorrer ao mesmo argumento novamente para obter a conclusão em que ‘*a*’ e ‘*b*’ substituem quaisquer nomes, “Se $a=b$, então necessariamente $a=b$ ”. E assim, nós poderíamos arriscar esta conclusão: que sempre que ‘*a*’ e ‘*b*’ forem nomes próprios, se *a* é *b*, então é necessário que *a* seja *b*. Enunciados de identidade entre nomes próprios devem ser necessários se eles forem verdadeiros. Esta visão de fato foi advogada, por exemplo, por Ruth Barcan Marcus em um artigo sobre sua interpretação filosófica da lógica modal.⁸ De acordo com esta visão, sempre, por exemplo, que alguém faz um enunciado correto de identidade entre dois nomes, como, por exemplo, que Cícero é Túlío, seu enunciado deve ser necessário se for verdadeiro. Mas uma tal conclusão *parece* plenamente ser falsa. (Eu, como outros filósofos, tenho o hábito de entendimento em que “parece plenamente ser falsa” significa “é plenamente falsa”. Na verdade, eu acho que a visão é verdadeira, apesar de não exatamente da maneira como defendida pela Sra. Marcus.). De qualquer maneira, parece claramente falso. Um exemplo foi dado pelo professor Quine em sua resposta à professora Marcus no simpósio: “Eu acho que eu vejo problemas, de qualquer forma, no contraste entre nomes próprios e descrições da maneira como a professora Marcus expôs. O paradigma da atribuição de nomes próprios é o ato de etiquetar (*tagging*). Podemos etiquetar ao planeta Vênus algum belo entardecer com o nome ‘Hesperus’. Nós podemos etiquetar o mesmo planeta novamente algum dia antes do sol nascer com o nome próprio ‘Phosphorus’.” (Quine acha que algo como isso na verdade já foi feito antes). “Quando, por último, nós descobrimos que nós etiquetamos o mesmo planeta duas vezes, nossa descoberta é empírica, e não porque nomes próprios são descrições”. De acordo com o que nos foi dito, o planeta Vênus visto pela manhã foi originalmente pensado ser uma estrela e foi chamado de “a Estrela da Manhã”, ou (para se livrar de qualquer questão pelo uso de uma descrição), foi chamado de “Phosphorus”. Um e o mesmo planeta, quando visto à tarde, foi pensado ser outra estrela, a Estrela da Tarde, e foi chamado “Hesperus”. Depois, astrônomos descobriram que Phosphorus e Hesperus são um e o mesmo objeto. Certamente nenhum raciocínio a priori de sua parte poderia de maneira concebível ter feito possível que eles deduzissem que Phosphorus é Hesperus. De fato, dadas as informações que eles tinham, poderia ter resultado o inverso. Portanto, é argumentado, o enunciado “Hesperus é Phosphorus” deve ser uma verdade ordinária contingente, empírica, uma que poderia ter resultado de outra maneira, e então a visão de que enunciados de identidade verdadeiros entre nomes são necessários deve ser falsa. Outro exemplo que Quine dá em *Palavra e Objeto* é tomado

⁸ ‘Modalities and Intensional Languages’, *Boston Studies in the Philosophy of Science, volume I*, (Nova York: Humanities Press, 1963), 71 ff. Veja também os ‘Comentários’ por Quine e a consequente discussão.

do professor Schrödinger, o famoso pioneiro da mecânica quântica: uma certa montanha pode ser vista tanto do Tibet quanto do Nepal. Quando vista de uma direção, ela é chamada ‘Gaurisanker’; quando é vista por outra direção, ela é chamada ‘Everest’; e então, depois, a descoberta empírica de que Gaurisanker é Everest foi feita. (Quine ainda diz que seu uso do exemplo é geograficamente incorreto. Eu acho que não se deveria acreditar nos físicos em relação a informações geográficas).

É claro, uma possível reação a este argumento é a de negar que nomes como “Cícero”, “Túlio”, “Gaurisanker” e “Everest” são realmente nomes próprios. Veja, alguém pode dizer (alguém disse isso: seu nome era ‘Bertrand Russell’), só por que enunciados como “Hesperus é Phosphorus” e “Gaurisanker é Everest” são contingentes, nós podemos ver que os nomes em questão não são realmente puramente referenciais. Você não está, na frase da Sra. Marcus, apenas ‘etiquetando’ um objeto; você está na verdade descrevendo-o. A que o fato contingente de que Hesperus é Phosphorus equivale? Bem, ele equivale ao fato de que *a* estrela em uma certa porção do céu à tarde é *a* estrela em uma certa porção do céu pela manhã. De maneira similar, o fato contingente de que Gaurisanker é Everest equivale ao fato de que a montanha vista de tal ângulo no Nepal é a montanha vista de tal outro ângulo no Tibet. Portanto, tais nomes como “Hesperus” e “Phosphorus” podem apenas ser abreviações de descrições. O termo “Phosphorus” *tem que* significar “a estrela vista ...”, ou (sejamos cautelosos, porque na verdade acabou não sendo uma estrela), “o *corpo massivo* visto de tal posição em tal horário pela manhã”, e o nome “Hesperus” tem que significar “o corpo massivo visto em tal posição em tal horário pela tarde”. Então, Russell conclui, se nós quisermos reservar o termo “nome” para coisas que realmente apenas nomeiam um objeto sem descrevê-lo, os únicos nomes próprios que nós podemos ter são nomes de nossos próprios dados sensoriais, objetos da nossa própria ‘familiaridade imediata’ (*immediate acquaintance*). Os únicos nomes desta natureza que ocorrem na linguagem são demonstrativos como “isso” e “aquilo”. É fácil ver que este requerimento de necessidade da identidade, entendido no sentido de que as identidades entre nomes são isentas de quaisquer dúvidas imagináveis, pode apenas ser garantido para nomes demonstrativos de dados sensoriais imediatos; pois, apenas em tais casos pode um enunciado de identidade entre dois diferentes nomes ter uma imunidade geral contra a dúvida cartesiana. Há algumas outras coisas que Russell às vezes permitiu como objetos de familiaridade, como o próprio eu; nós não precisamos entrar em detalhes aqui. Outros filósofos (por exemplo, Sra. Marcus em sua resposta, pelo menos na discussão verbal como eu me lembro — eu não me lembro se isso foi impresso, então talvez isso não deva ser ‘etiquetado’ a ela.)⁹

⁹ Deve. Veja a observação dela em p. 115, *Boston Studies in the Philosophy of Science*, primeira edição, na discussão que segue os artigos.

disseram “Se nomes são realmente apenas etiquetas, etiquetas genuínas, então um bom dicionário deve ser capaz de nos dizer que eles são nomes do mesmo objeto.”. Você tem um objeto *a* e um objeto *b* com nomes “John” e “Joe”. Então, de acordo com a Sra. Marcus, um dicionário seria capaz de te dizer se “John” e “Joe” são nomes do mesmo objeto ou não. É claro, eu não sei o que dicionários ideais devem fazer, mas nomes próprios ordinários não parecem satisfazer este requerimento. Você certamente *pode*, no caso de nomes próprios ordinários, fazer várias descobertas empíricas, como, digamos, que Hesperus é Phosphorus, apesar de termos pensado o contrário antes. Nós podemos estar em dúvida quanto a se Gaurisanker é Everest ou se Cícero é de fato Túlio. Mesmo agora, nós podemos concebivelmente descobrir que nós estivemos errados ao supor que Hesperus era Phosphorus. Talvez os astrônomos fizeram um erro. Então, parece que essa visão é errada e que se por um nome nós não significamos alguma noção artificial de nomes como as de Russell, mas sim um nome próprio no sentido ordinário, então não podem haver enunciados contingentes de identidade usando nomes próprios, e a visão contrária parece completamente errada.

Na filosofia recente, um grande número de outros enunciados de identidade foram enfatizados como exemplos de enunciados de identidade contingentes, diferentes, talvez, dos tipos que eu mencionei antes. Um deles é, por exemplo, o enunciado “Calor é o movimento das moléculas”. Primeiro, supõe-se que a ciência descobriu isso. Supõe-se que cientistas empíricos em suas investigações descobriram (e, eu imagino, eles descobriram) que o fenômeno externo que nós chamamos “calor” é, de fato, agitação molecular. Outro exemplo de tal descoberta é que a água é H₂O, e ainda outros exemplos são o de que o ouro é o elemento com tal número atômico, que a luz é um feixe de fótons, e assim em diante. Estes são, em algum sentido de “enunciados de identidade”, enunciados de identidade. Segundo, é pensado que eles são claramente enunciados de identidade contingentes, apenas porque eles são descobertas científicas. Depois de tudo, o calor poderia não ter sido a movimentação de moléculas. Houve outras teorias alternativas de calor propostas, por exemplo, a teoria calórica do calor. Se essa teoria do calor estivesse correta, então o calor não seria o movimento de moléculas, mas em vez disso, alguma substância sufocante no objeto quente, chamada “calórico”. E isso certamente foi uma questão da ciência e não de qualquer necessidade lógica de que uma teoria fosse correta e as demais fossem incorretas.

Então, aqui, novamente, nós temos aparentemente outro exemplo claro de um enunciado de identidade contingente. Esse deveria ser um exemplo muito importante por conta de sua conexão com o problema mente-corpo. Houve muitos filósofos que quiseram ser materialistas, e serem materialistas em uma forma

particular, que é conhecida como “a teoria da identidade”. De acordo com esta teoria, um certo estado mental, como o de uma pessoa ao sentir dor, é idêntico a um certo estado de seu cérebro (ou, talvez, de seu corpo inteiro, de acordo com alguns *teóricos*); de qualquer forma, idêntico a certo estado material ou neural de seu cérebro ou corpo. E então, de acordo com essa teoria, o meu sentir dor neste momento, se eu estivesse sentindo dor, seria idêntico com meu corpo ou minha mente estando em certo estado. Outros objetaram que isso não pode ser o caso porque, depois de tudo, nós podemos imaginar minha dor existindo mesmo se o estado do meu corpo não estando de tal maneira. Nós podemos talvez imaginar que eu poderia não ter um corpo e ainda assim sentir dor ou, de maneira inversa, poderíamos imaginar meu corpo existindo e estando no mesmo estado mesmo se não houvesse dor. De fato, meu corpo concebivelmente poderia estar nesse estado mesmo se não houvesse qualquer mente ‘por trás dele’, por assim dizer. A resposta comum tem sido conceder que todas essas coisas poderiam ter sido o caso, mas argumentar que não são relevantes para a questão da identidade do estado mental e do estado físico. Esta identidade, é dito, é apenas outra identificação científica contingente, similar à identificação de calor com movimentação molecular, ou de água com H₂O. Assim como podemos imaginar o calor sem movimentação molecular, também podemos imaginar um estado mental sem um estado cerebral correspondente. Mas, assim como o primeiro fato não prejudica a identificação do calor com o movimento de moléculas, o segundo fato também não prejudica a identificação de um estado mental com seu estado cerebral correspondente. E então, muitos recentes filósofos mantiveram ser muito importante para nosso entendimento teórico do problema mente-corpo que podem haver enunciados de identidade contingentes dessa forma.

Para dizer finalmente o que *eu* penso, em oposição ao que parece ser o caso, ou ao que os outros pensam, eu acho que em ambos os casos, o caso dos nomes e o caso das identificações teóricas, os enunciados de identidade são necessários e não contingentes. Isto é, eles são necessários se *verdadeiros*; é claro, enunciados de identidade falsos não são necessários. Como pode alguém possivelmente defender uma tal visão? Talvez eu careça completamente de uma resposta à esta pergunta, mesmo apesar de eu estar convencido de que a tese é verdadeira. Mas, para começar uma resposta, deixe-me fazer algumas distinções que eu quero usar. A primeira é entre um designador *rígido* e um *não rígido*. O que estes termos significam? Como um exemplo de designador não rígido, eu posso dar uma expressão como “o inventor das lentes bifocais”. Vamos supor que foi Benjamin Franklin quem inventou as lentes bifocais, e então a expressão “o inventor das lentes bifocais” designa ou se refere a um certo homem, a saber, Benjamin Franklin. No entanto, nós podemos facilmente imaginar que o mundo poderia ter sido diferente, que sob diferentes

circunstâncias, outra pessoa poderia ter feito a invenção antes de Benjamin Franklin, e neste caso, ele teria sido o inventor das lentes bifocais. Então, nesse sentido, a expressão “o inventor das lentes bifocais” é não rígida: sob certas circunstâncias, um homem teria sido o inventor das lentes bifocais; sob outras circunstâncias, outro homem teria sido. Em contraste, considere a expressão “a raiz quadrada de 25”. Independentemente dos fatos empíricos, nós podemos dar uma prova aritmética de que a raiz quadrada de 25 é de fato o número 5, e por termos provado isso matematicamente, o que nós provamos é necessário. Se nós pensarmos em números como entidades, e vamos supor, pelo menos para o propósito desta palestra, que nós pensamos, então a expressão “a raiz quadrada de 25” *necessariamente* designa um certo número, a saber, 5. Tal expressão eu chamo de “um designador rígido”. Alguns filósofos pensam que qualquer um que use as noções de designadores rígidos ou não rígidos já mostrou que caiu em uma certa confusão ou não prestou atenção a certos fatos. O que eu quero dizer com “designador rígido”? Eu quero dizer um termo que designa o mesmo objeto em todos os mundos possíveis. Para me livrar da confusão que certamente não é minha, eu não vou usar “poderia ter designado um objeto diferente” para me referir ao fato de a linguagem poder ter sido usada de maneira diferente. Por exemplo, a expressão “o inventor das lentes bifocais” poderia ter sido usada por habitantes deste planeta para se referir ao homem que corrompeu Hadleyburg. Este teria sido o caso se, primeiro, a pessoa neste planeta não falasse português, mas sim outro idioma, que foneticamente se sobrepõe ao português; e se, segundo, na linguagem a expressão “o inventor das lentes bifocais” significar o “homem que corrompeu Hadleyburg”. Então isso se referiria, certamente, em sua linguagem, a quem quer que em fato tenha corrompido Hadleyburg nesta situação contrafactual. Isso não é o que eu quero dizer. O que eu quero dizer ao dizer que uma descrição poderia se referido a algo diferente; eu quero dizer que em *nossa* linguagem, como *nós* a utilizamos ao descrever uma situação contrafactual, poderia haver um objeto diferente satisfazendo as condições descritivas que *nós* demos para a referência. Então, por exemplo, nós usamos a expressão (*phrase*) “o inventor das lentes bifocal” quando nós falamos sobre outro mundo possível ou uma situação contrafactual para nos referirmos a quem quer que naquela situação contrafactual teria inventado as lentes bifocais; e não sobre a pessoa que as pessoas *naquela* situação contrafactual teriam chamado de “o inventor das lentes bifocais”. Eles poderiam ter falado uma língua diferente que se sobrepôs foneticamente com o português, em que “o inventor das lentes bifocais” fosse usada de alguma outra maneira. Eu *não* lidarei com esta questão aqui. Por falar nisso, eles poderiam ser surdos e mudos, ou poderia não haver qualquer pessoa. (Ainda poderia haver um inventor das lentes bifocais mesmo se não existissem pessoas — Deus ou Satã serviria nesse caso).

Segundo, ao falar sobre a noção de designador rígido, eu não quero dizer que o objeto referido tem que existir em todos os mundos possíveis, isto é, que ele necessariamente tem que existir. Algumas coisas, talvez entidades matemáticas como números inteiros positivos, se eles existirem, necessariamente existem. Algumas pessoas mantiveram que Deus tanto existe quanto necessariamente existe; outros, que Ele existe contingentemente; outros, que Ele contingentemente falha a existir; e outros, que Ele necessariamente falha a existir:¹⁰ todas as quatro opções foram tentadas. Mas, de qualquer forma, quando eu uso a noção de um designador rígido, eu não quero dizer que o objeto referido necessariamente existe. Tudo o que eu quero dizer é que em qualquer mundo possível em que o objeto referido *existe*, em qualquer situação em que o objeto *existiria*, nós usamos o designador em questão para designar aquele objeto. Em uma situação em que o objeto não existe, nós devemos então dizer que o designador não tem um referente e que o objeto designado em questão não existe.

Como dito, muitos filósofos achariam a noção de designador rígido questionável *per se*. E a objeção que as pessoas fazem pode ser formulada da seguinte maneira: veja, você está falando sobre situações que são contrafactuais, isto é, você está falando sobre outros mundos possíveis. Agora, depois de tudo, esses mundos possíveis são completamente disjuntos do mundo atual, que é apenas outro mundo possível; é o mundo atual. Então antes que você fale sobre, digamos, um tal objeto como Richard Nixon em outro mundo possível, você tem que dizer que objeto nesse outro mundo possível *seria* Richard Nixon. Vamos falar sobre a situação em que, como *você diria*, Richard Nixon teria sido um membro dos SDS.¹¹ Certamente, o membro dos SDS sobre o qual você fala é alguém bem diferente de Nixon em muitas propriedades. Antes que nós possamos dizer se esse homem teria sido Richard Nixon ou não, nós temos que estabelecer um critério de identidade entre mundos possíveis. Aqui estão estes outros mundos possíveis. Há todos os tipos de objetos neles com propriedades diferentes daquelas de qualquer objeto atual. Alguns deles lembram Nixon de outras maneiras. Bem, qual destes objetos é Nixon? Deve-se fornecer um critério de identidade. E isso mostra como a noção de designador rígido opera em um círculo. Suponha que nós designamos um certo número como o número de planetas. Então, se esse é o nosso modo favorito de designar este número, então em quaisquer outros mundos possíveis nós teremos que identificar qualquer que seja o número de planetas com o número 9, que no mundo atual é o

¹⁰ Se não há deidade, e especialmente se a não-existência de uma deidade é *necessária*, é duvidoso que nós possamos usar “Ele” para nos referirmos a uma deidade. O uso no texto deve ser tomado como não literal.

¹¹ Nota de edição: “SDS” significa *Students for a Democratic Society* (*Estudantes por uma Sociedade Democrática*), um grupo político radical que se opôs à guerra do Vietnam

número de planetas. Então, é argumentado por vários filósofos, por exemplo, implicitamente por Quine, e explicitamente por vários outros em seu rastro, nós não podemos realmente perguntar se um designador é rígido ou não rígido porque nós precisamos primeiro de um critério de identidade entre mundos possíveis. Foi mantida até mesmo uma posição extremada de que uma vez que mundos possíveis são disjuntos do nosso mundo, nós não podemos realmente dizer que qualquer objeto existente neles é *o mesmo* que um objeto existente agora, mas apenas que há objetos que parecem coisas do mundo atual, mais ou menos. Nós, portanto, não deveríamos realmente falar sobre o que seria verdadeiro de Nixon em outro mundo possível, mas sim apenas sobre como as ‘contrapartes’ (o termo que David Lewis usa¹²) de Nixon estariam. Algumas pessoas em outros mundos possíveis têm cães que são chamados “Checkers”. Outros favorecem o ABM¹³, mas não têm nenhum cachorro chamado “Checkers”. Há várias pessoas que se parecem mais ou menos com Nixon, mas não se pode dizer de nenhuma delas que ela é Nixon; elas são apenas *contrapartes* de Nixon, e você escolhe qual é a contraparte ao notar qual delas se parece mais com Nixon, de acordo com seu critério favorito. Tais visões são difundidas tanto entre os defensores da lógica modal quantificada quanto entre seus detratores.

Parece-me que toda essa conversa levou a metáfora de mundos possíveis a sério demais de alguma forma. É como se um ‘mundo possível’ fosse como um país estrangeiro, ou um planeta distante lá fora. É como se nós víssemos vagamente através de um telescópio vários atores nesse planeta distante. Na verdade, as visões de David Lewis parecem ser as mais razoáveis se alguém toma essa história literalmente. Ninguém longe em outro planeta pode ser estritamente idêntico a alguém aqui. Mas, mesmo se tivéssemos algum método maravilhoso de teleporte para levar uma mesma pessoa de planeta a planeta, nós realmente precisaríamos de algum critério epistemológico de identidade para podermos dizer se uma pessoa em um planeta distante é a mesma pessoa que alguém daqui.

Tudo isso me parece ser uma maneira totalmente equivocada de se olhar para as coisas. Isso equivale à visão de que situações contrafactuais devem ser descritas de maneira puramente qualitativa. Então, nós não podemos dizer, por exemplo, “Se ao menos Nixon tivesse dado suborno suficiente para o senador x, ele teria conseguido colocar Carswell” porque isso se refere a certas pessoas, Nixon e Carswell, e fala sobre quais coisas seriam verdadeiras sobre eles em uma situação contrafactual. Nós devemos dizer, em vez disso, “Se um homem que as entradas do

¹² David K. Lewis, ‘Counterpart Theory of Quantified Modal Logic’, *Journal of Philosophy*, 65 (1968), 113 ff.

¹³ A sigla ABM significa “*Anti Ballistic Missiles*” (*Mísseis Anti Balísticos*), programa armamentista norte americano dos anos 60. (Nota do tradutor)

cabelo (*hairline*) de tal jeito, e tem tais opiniões políticas, tivesse dado suborno para um homem que foi um senador e tinha tais outras qualidades, então um homem que foi um juiz no sul e tinha várias outras qualidades que lembram Carswell teria sido confirmado”. Em outras palavras, nós devemos descrever situações contrafactuais de maneira puramente qualitativa e então fazer a pergunta “Dado que a situação contém pessoas ou coisas com tais e tais qualidades, qual dessas pessoas é (ou é uma contraparte de) Nixon, qual é Carswell e assim por diante?”. Isso me parece estar errado. Quem nos prevenirá de dizer “Nixon poderia ter conseguido colocar Carswell se ele tivesse feito certas coisas”? Nós estamos falando de Nixon e perguntando o que, em certas situações contrafactuais, seria verdadeiro sobre ele. Nós podemos dizer que se Nixon tivesse feito tal coisa, ele teria perdido as eleições de Humphrey. Aqueles a quem eu me oponho argumentariam “Sim, mas como você sabe se o homem sobre o qual você fala é de fato Nixon?”. Seria de fato bem difícil descobrir, se você estivesse olhando para a toda a situação com um telescópio, mas não é isso o que estamos fazendo aqui. Mundos possíveis não são coisas para as quais uma questão epistemológica como essa se aplica. E se a expressão (*phrase*) “mundos possíveis” é o que faz as pessoas pensarem que uma tal questão se aplica, então deve-se *abandonar* (*drop*) esta expressão e utilizar alguma outra, digamos, “situação contrafactual”, que pode ser menos enganosa. Se nós dissermos “Se Nixon tivesse subornado tal senador, Nixon teria conseguido colocar Carswell”, o que é dado na descrição dessa situação é que essa é uma situação em que nós falamos de Nixon e de Carswell, e de tal senador. E parece não haver menos objeções para a *estipulação* de que nós estamos falando de certas *pessoas* do que para a estipulação de que nós estamos falando de certas *qualidades*. Defensores da outra posição consideram falar sobre certas qualidades como inobjetável. Eles não dizem “como nós sabemos que esta qualidade (em outro mundo possível) é a de vermelhidão?”. Mas eles acham que falar sobre certas pessoas é objetável. Mas eu não vejo mais razão para objetar um caso mais que o outro. Eu realmente acho que isso vem da ideia de mundos possíveis como existindo lá fora, muito longe, visíveis apenas através de telescópios. Ainda mais objetável é a visão de David Lewis. De acordo com Lewis, quando nós dizemos “sob certas circunstâncias, Nixon teria conseguido colocar Carswell”, nós realmente queremos dizer “algum homem, diferente de Nixon mas muito parecido, teria colocado algum juiz, diferente de Carswell mas muito parecido com ele”. Mas isso não confortaria nem Nixon nem Carswell, nem faria Nixon chutar a si mesmo e dizer “Eu deveria ter feito tal coisa para conseguir colocar Carswell”. A questão é se sob certas circunstâncias, *o próprio* Nixon poderia ter colocado Carswell. E eu acho que a objeção é simplesmente baseada em uma imagem equivocada.

Em vez disso, nós podemos falar perfeitamente bem sobre designadores rígidos e não rígidos. Além disso, nós temos um teste simples e intuitivo para eles. Nós podemos dizer, por exemplo, que o número de planetas poderia ter sido um número diferente do número que de fato é. Por exemplo, poderia ter havido apenas sete planetas. Nós podemos dizer que o inventor das lentes bifocais poderia ter sido outra pessoa que não o homem que *de fato* os inventou.¹⁴ Apesar disso, não podemos dizer que a raiz quadrada de 81 poderia ter sido um número diferente daquele que de fato é, pois tal número tem que ser 9. Se nós aplicarmos este teste intuitivo para nomes próprios, como por exemplo “Richard Nixon”, eles intuitivamente pareceriam ser designadores rígidos. Primeiro, quando nós falamos mesmo sobre as situações contrafactuais em que nós supomos que Nixon teria feito coisas diferentes, nós assumimos que nós continuamos falando de Nixon. Nós dizemos “se Nixon tivesse subornado o senador, ele teria colocado Carswell”, e nós assumimos que com “Nixon” e “Carswell” nós continuamos nos referindo às mesmas pessoas no mundo atual. E parece que nós não podemos dizer “Nixon poderia ter sido um homem diferente do homem que ele de fato foi”, a menos, é claro, que nós quisermos dizer isso metaforicamente. Ele poderia ter sido um *tipo* diferente de pessoa (se você acredita em livre arbítrio e que as pessoas não são inerentemente corruptas). Você poderia pensar que o enunciado é verdadeiro nesse sentido, mas Nixon poderia não ter sido, em outro sentido literal, uma pessoa diferente da pessoa que ele de fato é, mesmo apesar de o trigésimo sétimo presidente dos Estados Unidos podendo ter sido Humphrey. Então, a expressão “o trigésimo sétimo presidente” é não rígida, mas “Nixon”, ao que parece, é rígido.

Deixe-me fazer outra distinção antes que eu volte à questão sobre os enunciados de identidade. Essa distinção é bem fundamental e também difícil de ser vista. Em discussões recentes, muitos filósofos que debateram a significatividade de

¹⁴ Alguns filósofos pensam que descrições definidas, em português, são ambíguas, que às vezes “o inventor das lentes bifocais” designa rigidamente o homem que de fato inventou as lentes bifocais. Eu estou tentativamente inclinado a rejeitar esta visão, construída como uma tese sobre o inglês (oposta a uma possível linguagem hipotética), mas eu não vou argumentar esta questão aqui.

O que eu gostaria de notar era que, contrário a algumas opiniões, esta alegada ambiguidade não pode substituir a noção russeliana de escopo de uma descrição. Considere a sentença “o número de planetas poderia ter sido necessariamente par”. Esta sentença claramente pode ser lida de modo a expressar uma verdade; se houvesse oito planetas, o número de planetas seria necessariamente par. Ainda sem distinções de escopo, tanto uma leitura ‘referencial’ (rígida) quanto uma não rígida da descrição fará o enunciado ser falso. (Uma vez que o número de planetas é nove, a leitura rígida equivale à falsidade de que nove poderia ter sido necessariamente par).

A leitura ‘rígida’ é equivalente à ocorrência primária russeliana; a não rígida é equivalente a um escopo mais profundo — alguns, seguindo Donnellan, talvez vagamente, chamaram esta leitura de uso ‘atributivo’. A possibilidade de um escopo intermediário é então ignorada. Na presente instância, a leitura pretendida de $\diamond \square$ (o número de planetas é par) faz o escopo da descrição \square (o número de planetas é par) ser nem o maior nem o menor possível.

várias categorias de verdade consideraram-nas idênticas. Alguns daqueles que as identificaram são seus defensores vorazes, e outros, como Quine, dizem que elas são identicamente sem sentido. Mas geralmente elas não são distinguidas. Estas são categorias como “analítico”, “necessário”, “a priori” e às vezes até mesmo “certo” (*certain*). Eu não vou falar de todas elas, mas apenas das noções de ‘aprioricidade’ e necessidade. Bem frequentemente elas são tomadas como sinônimas. (Muitos filósofos provavelmente não deveriam ser descritos como mantendo que elas são sinônimas; eles apenas as usam de maneira intercambiável). Eu quero distingui-las. O que queremos dizer quando chamamos um enunciado de *necessário*? Nós simplesmente queremos dizer que o enunciado em questão, primeiro, é verdadeiro, e, segundo, que ele não poderia ter sido de outra maneira. Quando dizemos que algo é *contingentemente* verdadeiro, nós queremos dizer que, apesar de o fato ser o caso, poderia ter sido o caso de as coisas serem diferentes. Se nós quisermos atribuir esta distinção a um ramo da filosofia, deveríamos atribuí-la à metafísica. Por outro lado, está a noção de *verdade a priori*. Supõe-se que uma verdade a priori é aquela que pode ser *conhecida* independentemente de qualquer experiência. Note que isso não diz nada, em si e por si mesmo, sobre todos os mundos possíveis, a menos que coloquemos isso na definição. Tudo o que é dito é que se pode conhecer a verdade no mundo atual independentemente de qualquer experiência. Poderia, por algum argumento filosófico, se seguir do nosso saber de que algo é verdade sobre o mundo atual, independentemente da experiência, que sua verdade deve ser conhecida também em outros mundos possíveis. Mas se isso há de ser estabelecido, deve haver algum argumento filosófico para estabelecê-lo. Agora, *esta* noção, se fôssemos atribuí-la a algum ramo da filosofia, seria atribuída não à metafísica, mas sim à epistemologia. Isso tem a ver com a maneira pela qual nós podemos saber que certas coisas são de fato verdadeiras. Agora, pode ser o caso, é claro, de que tudo o que é necessário é algo que pode ser conhecido a priori. (Note, inclusive, que a noção de verdade a priori como fora definida tem em si *outra* modalidade: ela pode ser conhecida independentemente de qualquer experiência. É um pouco complicado porque há uma dupla modalidade aqui). Eu não terei tempo para explorar essas noções aqui com todo o detalhe, mas uma coisa que podemos ver a princípio é que essas duas noções não são de forma alguma trivialmente a mesma coisa. Se elas são coextensivas, é necessário um argumento filosófico para estabelecer isso. Como dito, elas pertencem a diferentes domínios da filosofia. Um deles tem a ver com *conhecimento*, com o que podemos saber de certas maneiras sobre o mundo *atual*. A outra tem a ver com *metafísica*, como o mundo poderia ter sido. Dado que ele é do jeito que é, ele poderia ter sido diferente, de determinadas maneiras? Agora, eu mantenho, na realidade, que nenhuma classe de enunciados está contida em alguma

outra. Mas, tudo sobre o qual precisamos falar é isso: Tudo que é necessário é conhecível a priori ou conhecido a priori? Considere o seguinte exemplo: a conjectura de Goldbach. Ela diz que todo número par é a soma de dois primos. Este é um enunciado matemático e se ele for verdadeiro, tem que ser necessário. Certamente, alguém não poderia dizer que apesar de todo número par ser de fato a soma de dois primos, poderia haver alguns números extras que são pares mas que não são a soma de dois primos. O que isso significaria? Por outro lado, a resposta à questão sobre se todo número par *é* de fato a soma de dois primos não é conhecida, e nós não temos métodos até o presente para decidir. Então nós certamente não sabemos, a priori, ou mesmo a posteriori, se todo número é a soma de dois primos (Bem, talvez nós tenhamos evidências de que nenhum contra-exemplo foi encontrado). Mas nós certamente não sabemos a priori que todo número é a soma de dois primos. Mas, com certeza, a definição apenas diz “pode ser conhecido independentemente da experiência”, e alguém poderia dizer que se isso for verdadeiro, então nós *podemos* conhecê-lo independentemente da experiência. É difícil de ver exatamente o que esta afirmação significa. Poderia ser assim. Uma coisa que isso pode significar é que se algo for verdadeiro, nós podemos prová-lo. Esta afirmação é certamente errada se for aplicada geralmente a enunciados matemáticos, e nós temos que trabalhar dentro de algum sistema fixo. Isso foi o que Gödel provou¹⁵. E ainda que nós quiséssemos dizer uma ‘prova intuitiva em geral’, poderia apenas ser o caso (pelo menos, esta visão é tão clara e provável quanto a contrária) de que apesar de o enunciado ser verdadeiro, não há qualquer maneira de a mente humana prová-lo. Certamente, uma maneira pela qual uma mente *infinita* poderia prová-lo seria olhar cada número natural, um por um, e ir checando. Nesse sentido, é claro, poderia, talvez, ser conhecido a priori, mas apenas por uma mente infinita, e então isso entra em outras questões complicadas. Eu não quero discutir questões sobre a concebibilidade de se performar um número infinito de atos como olhar cada número um por um. Uma vasta literatura filosófica foi escrita sobre isso: alguns declararam que é logicamente impossível; outros, que é logicamente possível; e outros não sabem. O ponto principal é que não é trivial que apenas porque tal enunciado é necessário, ele pode ser conhecido a priori. Algumas clarificações consideráveis são requeridas antes que nós decidamos se isso pode ser conhecido. E então isso mostra que mesmo se tudo que é necessário é a priori em algum sentido, isso não deveria ser tomado como uma matéria trivial de definição. É uma tese filosófica independente que requer algum trabalho.

¹⁵ Gödel provou, com seu primeiro teorema da incompletude, que qualquer sistema axiomático consistente, capaz de expressar a aritmética, é incompleto, ou seja, há sentenças P tal que nem P nem $\sim P$ podem ser provadas dentro do sistema. (Nota do tradutor)

Outro exemplo que poderia ser dado é relacionado ao problema do essencialismo. Aqui está um púlpito. Uma questão que frequentemente surge na filosofia é: quais são suas propriedades essenciais? Quais propriedades, além daquelas triviais como auto-identidade, este objeto deve ter para que ele exista¹⁶, e que se o mesmo objeto não as tiver, ele não seria este objeto?¹⁷ Por exemplo, ser feito de madeira, e não de gelo, seria uma propriedade essencial desse púlpito. Vamos tomar o enunciado mais fraco de que ele não é feito de gelo. Isso vai estabelecê-lo tão fortemente, talvez tão dramaticamente, quanto nós precisamos. Supondo que este púlpito é de fato feito de madeira, poderia ele ter sido feito desde o início de sua existência de gelo, por exemplo, da água congelada do rio Tâmis? Tem-se um sentimento considerável de que ele *não* poderia, apesar de na realidade alguém poder ter feito um púlpito das águas do rio Tâmis, congeladas a gelo em algum processo, e colocadas aqui no lugar dessa coisa. Não teria sido *este púlpito*, e então não se teria um caso em que este púlpito seria feito de gelo, ou das águas do rio Tâmis. A questão sobre se isto, depois, digamos, no próximo minuto, poderia se tornar gelo é algo mais. Então, pareceria, se um exemplo como esse for correto — e é isso que os defensores do essencialismo mantêm —, que este púlpito poderia não ter sido feito de gelo, que em qualquer situação contrafactual em que nós diríamos que este púlpito existe, nós teríamos que dizer também que ele não foi feito das águas do rio Tâmis congeladas. Alguns rejeitaram, é claro, qualquer noção de propriedade essencial como tendo algum sentido. Normalmente, é porque (e eu acho que isso é o que Quine, por exemplo, diria) eles mantiveram que isso depende da noção de identidade

¹⁶ Esta definição é a formulação usual da noção de propriedade essencial, mas uma exceção deve ser feita para a existência em si: na definição dada, existência seria trivialmente essencial. Nós devemos tomar a existência como essencial a um objeto apenas se o objeto necessariamente existe. Talvez haja outras propriedades rebuscadas, envolvendo existência, para as quais a definição é similarmente objetável. (Eu agradeço a Michael Slote por esta observação)

¹⁷ As duas cláusulas da sentença da nota de rodapé dão definições equivalentes da noção de propriedade essencial, uma vez que $\Box((\exists x)(x=a) \supset Fa)$ é equivalente a $\Box(x)(\sim Fa \supset x \neq a)$ *. A segunda formulação, porém, tem servido como um poderoso sedutor em favor de teorias da 'identificação entre mundos possíveis'. Pois isso sugere que nós consideremos 'um objeto *b* em outro mundo possível' e testemos se isso é identificável com *a* ao perguntar se ele carece de alguma das propriedades essenciais de *a*. Deixe-me, por isso, enfatizar que, apesar de uma propriedade essencial ser (trivialmente) uma propriedade sem a qual um objeto não pode ser *a*, disso de maneira alguma se segue que as propriedades essenciais puramente qualitativas de *a*, conjuntamente, formam uma condição suficiente para ser *a*. Ainda, mesmo se condições qualitativas necessárias e suficientes para um objeto ser Nixon puderem existir, ainda haveria pouca justificação para a demanda por uma descrição puramente qualitativa de todas as situações contrafactuais. Nós podemos perguntar se Nixon poderia ter sido um democrata sem engajar nessas sutilezas.

* Na nota original, a segunda fórmula foi escrita como $\Box(x)(\sim Fa \supset x=a)$. Provavelmente, houve um erro na transcrição ou na edição, pois esta fórmula não é equivalente a $\Box((\exists x)(x=a) \supset Fa)$. O problema está no conseqüente daquele condicional: ele deveria consistir na desigualdade entre *x* e *a*, pois, dessa forma, sua contrapositiva seria $\Box(x)(x=a \supset Fa)$, que evidentemente é equivalente a $\Box((\exists x)(x=a) \supset Fa)$. (Nota do tradutor)

entre mundos possíveis, e isso é em si mesmo sem sentido. Uma vez que eu já rejeitei esta visão, eu não vou lidar com ela novamente. Nós podemos falar sobre *este objeto*, e sobre se ele poderia ter tido certas propriedades que ele de fato não tem. Por exemplo, ele poderia estar em outra sala, diferente desta em que ele está, mesmo neste tempo, mas ele não poderia ter sido feito desde o começo de água congelada.

Se a posição essencialista é correta, então ela só pode ser correta se nós distinguirmos precisamente as noções de verdade a priori e a posteriori por um lado e de verdade necessária e contingente por outro, pois apesar de ser necessário o enunciado de que esta mesa, se existe, não foi feita de gelo, certamente não é algo que nós conhecemos a priori. O que nós sabemos é que primeiro, púlpitos geralmente não são feitos de gelo, eles são geralmente feitos de madeira. Isso parece madeira. Isso não é gelado, e provavelmente seria se fosse feito de gelo. Portanto, eu concluo, provavelmente isso não é feito de gelo. Aqui, todo o meu julgamento é a posteriori. Eu poderia descobrir que um truque engenhoso foi armado contra mim e que, de fato, este púlpito é feito de gelo; mas o que eu estou dizendo é que, dado que isso na realidade não é feito de gelo, mas sim de madeira, não se poderia imaginar que sob certas circunstâncias isso poderia ter sido feito de gelo. Então nós temos que dizer que apesar de nós não podemos conhecer a priori se essa mesa foi feita de gelo ou não, dado que ela não foi feita de gelo, ela *necessariamente* não foi feita de gelo. Em outras palavras, se P é o enunciado de que o púlpito não é feito de gelo, alguém sabe por análise filosófica a priori um enunciado da forma “se P, então necessariamente P”. Se a mesa não é feita de gelo, ela necessariamente não é feita de gelo. Por outro lado, então, nós sabemos por investigação empírica que P, o antecedente do condicional, é verdadeiro — que essa mesa não é feita de gelo. Nós podemos concluir por *modus ponens*:

$$\begin{array}{l} P \supset \Box P \\ P \\ \hline \Box P \end{array}$$

A conclusão — ‘ $\Box P$ ’ — é que é necessário que a mesa não seja feita de gelo, e essa conclusão é conhecida a posteriori, uma vez que uma das premissas em que ela se baseia é a posteriori. Então, a noção de propriedades essenciais pode ser mantida apenas ao se distinguir entre as noções de verdades a priori e necessárias, e eu mantenho isso.

Vamos retornar à questão das identidades. Em relação ao enunciado “Hesperus é Phosphorus”, ou ao enunciado “Cícero é Túlio”, alguém pode

descobrir tudo isso por investigações empíricas, e nós talvez estejamos errados em nossas crenças empíricas. Então, geralmente é argumentado, tais enunciados devem portanto ser contingentes. Alguém já abraçou o outro lado da moeda e manteve que “Por conta desse enunciado sobre necessidade, enunciados de identidade entre nomes devem ser conhecíveis a priori; então, apenas uma categoria bem especial de nomes, possivelmente, funciona realmente como nomes; as outras coisas são nomes falsos, descrições disfarçadas, ou algo do tipo. Porém, uma certa classe bem estreita de enunciados de identidade são conhecidos a priori, e esses são os únicos que contêm nomes genuínos”. Se alguém aceita as distinções que eu fiz, não é necessário seguir nenhuma das conclusões. Pode-se manter que certos enunciados de identidade entre nomes, apesar de geralmente conhecidos a posteriori, e talvez não conhecíveis a priori, são na verdade necessários, se verdadeiros. Então, nós temos algo para sustentar isso. Mas, é claro, ter algo para sustentar isso não significa que nós devemos sustentar isso. Então vamos ver qual é a evidência. Primeiro, lembre-se do comentário que eu fiz sobre nomes próprios parecerem ser designadores rígidos, como quando nós usamos o nome “Nixon” para falar sobre um certo homem, mesmo em situações contrafactuais. Se nós dizemos “Se Nixon não tivesse escrito a carta para Saxbe, talvez ele teria colocado Carswell”, nós estamos, neste enunciado, falando sobre Nixon, Saxbe e Carswell, os mesmos homens do mundo atual, e sobre o que teria acontecido com eles sob certas circunstâncias contrafactuais. Se nomes são designadores rígidos, então não pode haver dúvidas sobre identidades serem necessárias, porque ‘*a*’ e ‘*b*’ serão designadores rígidos de um certo homem ou coisa *x*. Então mesmo em todo mundo possível, *a* e *b* se refeririam ambos ao mesmo objeto *x*, e a nenhum outro, então não haverá situação em que *a* poderia não ter sido *b*. Essa teria que ser uma situação em que o objeto que nós estamos agora chamando de ‘*x*’ não fosse idêntico a si mesmo. Então não seria possível ter uma situação em que Cícero não fosse Túlio, ou Hesperus não fosse Phosphorus.¹⁸

Além da identificação de necessidade com a prioricidade, o que faz as pessoas pensarem de outra maneira? Há duas coisas que tem feito as pessoas pensarem dessa outra maneira.¹⁹ Algumas pessoas tendem a tratar enunciados de identidade como

¹⁸ Assim, eu concordo com Quine, que “Hesperus é Phosphorus” é (ou pode ser) uma descoberta empírica; com Marcus, que isso é necessário. Ambos, Quine e Marcus, de acordo com o ponto de vista presente, erram ao identificar questões metafísicas com questões epistemológicas.

¹⁹ As duas confusões alegadas, especialmente a segunda, são ambas relacionadas com a confusão da questão metafísica da necessidade de “Hesperus é Phosphorus” com a questão epistemológica sobre sua aprioricidade. Pois, se Hesperus é identificado por sua posição no céu à tarde, e Phosphorus por sua posição no céu pela manhã, um investigador pode bem saber, com o avanço da pesquisa empírica, que Hesperus é Phosphorus se e somente se um e o mesmo corpo ocupa a posição *x* à tarde e a posição *y* de manhã. A equivalência material a priori entre os dois enunciados, porém, não implica a equivalência estrita

enunciados metalinguísticos, para identificar o enunciado “Hesperus é Phosphorus” com o enunciado metalinguístico “‘Hesperus’ e ‘Phosphorus’ são nomes para o mesmo corpo massivo”. E isso, certamente, poderia ter sido falso. Nós poderíamos ter usado os termos ‘Hesperus’ e ‘Phosphorus’ como nomes de dois corpos massivos diferentes. Mas, certamente, isso não tem nada a ver com a necessidade da identidade. Da mesma forma, “ $2+2=4$ ” não poderia ser falso. Os termos (*phrases*) “ $2+2$ ” e “ 4 ” poderiam ter sido usados para se referir a dois números diferentes. Alguém pode imaginar uma linguagem, por exemplo, em que “+”, “2” e “=” são usados da maneira padrão, mas “4” é usado da mesma maneira que, digamos, a raiz quadrada de menos 1, ou, como nós o chamamos, “i”. Então, “ $2+2=4$ ” seria falso, pois 2 mais 2 não é igual à raiz quadrada de menos 1. Mas não é isso o que nós queremos. Nós não queremos dizer que um certo enunciado que de fato expressa algo verdadeiro poderia ser usado para expressar algo falso. Nós queremos usar o enunciado da *nossa* maneira e ver se ele poderia ser falso. Vamos fazer isso. Qual é a ideia que as pessoas têm? Elas dizem “veja, Hesperus poderia não ter sido Phosphorus. Aqui, um certo planeta foi visto de manhã, e foi visto à tarde; e se tornou posteriormente uma questão de um fato empírico que eles são um e o mesmo planeta. Se as coisas tivessem sido diferente, eles teriam sido dois planetas diferentes, ou dois corpos massivos diferentes, então como você pode dizer que um tal enunciado é necessário?”.

Agora, há duas coisas que essas pessoas podem querer dizer. Primeiro, elas podem querer dizer que nós não sabemos a priori se Hesperus é Phosphorus. Isso eu já concedi. Segundo, eles podem querer dizer que eles podem na verdade imaginar circunstâncias que eles chamariam circunstâncias em que Hesperus não teria sido Phosphorus. Vamos pensar como seria uma tal circunstância, usando tais termos aqui como *nomes* de um planeta. Por exemplo, poderia ter sido o caso de que Vênus de fato nascesse de manhã exatamente na posição em que nós o vemos, mas que, por outro lado, na posição ocupada por Vênus à tarde, Vênus não estivesse lá, e Marte tivesse ocupado seu lugar. Isso é tudo contrafactual, porque Vênus de fato está lá. Agora, pode-se também imaginar que neste outro mundo possível contrafactual, a Terra seria habitada por pessoas e elas usariam os nomes “Phosphorus” para Vênus de manhã e “Hesperus” para Marte à tarde. Agora, isso é tudo muito bom, mas seria uma situação em que Hesperus não é Phosphorus? Certamente, é uma situação em que as pessoas poderiam dizer, verdadeiramente,

(necessária). (Os mesmos comentários se aplicam ao caso do calor e da agitação molecular abaixo.) Comentários similares se aplicam até certo ponto à relação entre “Hesperus é Phosphorus” e “‘Hesperus’ e ‘Phosphorus’ nomeiam a mesma coisa”. Uma confusão que também opera é, certamente, a confusão entre o que nós dizemos sobre uma situação contrafactual e como as pessoas naquela situação a descreveriam; esta confusão, também, é provavelmente relacionada à confusão entre aprioricidade e necessidade.

“Hesperus não é Phosphorus”; mas nós deveríamos descrever as coisas em nossa linguagem, não na deles. Então, vamos descrever isso em nossa linguagem. Bem, como poderia ocorrer de Vênus não estar naquela posição à tarde? Por exemplo, vamos dizer que há algum cometa que aparece toda tarde e puxa as coisas um pouco. (Isso seria uma maneira científica muito simples de imaginar isso: não realmente tão simples — isso é, na verdade, bem difícil de se imaginar). Acontece apenas que ele passa toda tarde e puxa as coisas um pouco. Marte é puxada para a posição em que Vênus está, então o cometa puxa as coisas de volta para suas posições normais pela manhã. Pensando neste planeta, que nós chamamos “Phosphorus”, o que nós deveríamos dizer? Bem, nós poderíamos dizer que o cometa passa e ele puxa Phosphorus um pouco de maneira que ele não está na posição normalmente ocupada por Phosphorus à tarde. Se nós dizemos isso, e realmente usamos “Phosphorus” como o nome de um planeta, então nós temos que dizer que, sob tais circunstâncias, Phosphorus à tarde não estaria na posição onde nós, de fato, o vemos; ou, alternativamente, Hesperus pela manhã não estaria na posição em que nós, de fato, o vemos. Nós poderíamos dizer que sob tais circunstâncias, nós não teríamos chamado Hesperus de “Hesperus”, porque Hesperus estaria em uma posição diferente. Mas isso ainda não faria Phosphorus diferente de Hesperus; mas o que seria o caso, em vez disso, é que Hesperus teria estado em uma posição diferente da posição na qual ele de fato está e, talvez, não na posição em que as pessoas teriam o chamado de ‘Hesperus’. Mas isso não seria uma situação em que Phosphorus não teria sido Hesperus.

Vamos usar outro exemplo que talvez seja mais claro. Suponha que alguém use “Túlio” para se referir ao orador romano que denunciou Catilina e use o nome “Cícero” para se referir ao homem cujo trabalho teve que estudar no terceiro ano de latim no ensino médio. É claro, ele pode não saber de antemão que o mesmo homem que denunciou Catilina escreveu esses trabalhos, e que isso é um enunciado contingente. Mas o fato de este enunciado ser contingente não deveria nos fazer pensar que o enunciado de que Cícero é Túlio, se verdadeiro, e de fato ele é verdadeiro, é contingente. Suponha, por exemplo, que Cícero na verdade denunciou Catilina, mas pensou que essa conquista política foi tão grande que ele não deveria se importar em escrever trabalhos literários. Diríamos que essa seria uma circunstância na qual ele não teria sido Cícero? Parece-me que a resposta é não, que em vez disso nós deveríamos dizer que, sob tais circunstâncias, Cícero não teria escrito nenhum trabalho literário. Não é uma propriedade necessária de Cícero — da maneira como a sombra segue o homem — que ele deveria ter escrito certos trabalhos; nós podemos facilmente imaginar uma situação em que Shakespeare não teria escrito os trabalhos de Shakespeare, ou uma em que Cícero não teria escrito os

livros de Cícero. O que pode ser o caso é que nós *fixamos a referência* do termo “Cícero” mediante o uso de uma expressão descritiva, como “o autor desses trabalhos”. Mas uma vez que nós fixamos a referência, nós então usamos o nome “Cícero” *rigidamente* para designar o homem que de fato nós identificamos pela sua autoria desses trabalhos. Nós não o utilizamos para designar quem quer que tenha escrito esses trabalhos no lugar de Cícero, se outra pessoa o fez. Poderia ter sido o caso de que o homem que escreveu esse trabalho não foi o homem que denunciou Catilina. Cássio poderia ter escrito esses trabalhos. Mas nós não diríamos então que Cícero teria sido Cássio, a menos que nós estivéssemos falando de maneira bem vaga e metafórica. Nós diríamos que Cícero, que nós identificamos e tornamos a conhecer por suas obras, não teria os escrito, e outra pessoa, digamos, Cássio, teria os escrito em seu lugar.

Tais exemplos não são fundamento para se pensar que enunciados de identidade são contingentes. Tomá-los como fundamento é interpretar de maneira errônea a relação entre um *nome* e uma *descrição usada para fixar sua referência*, ao considerá-los como *sinônimos*. Mesmo se nós fixarmos a referência um tal nome como “Cícero” como o homem que escreveu tais e tais obras, ao falarmos sobre situações contrafactuais, quando nós falamos de Cícero, nós não falamos sobre quem quer que em tal situação contrafactual *teria* escrito tais e tais obras, mas sim de Cícero, que nós identificamos pela propriedade contingente de ser o homem que de fato, isto é, no mundo atual, escreveu tais trabalhos.²⁰

Eu espero que isso esteja razoavelmente claro em um âmbito reduzido. Mas, na verdade eu estive pressupondo algo que eu não realmente acredito ser, no geral, verdadeiro. Vamos supor que nós fixamos a referência de um nome por uma descrição. Mesmo se nós fizermos isso, nós não fazemos o nome ser *sinônimo* da descrição, mas em vez disso, nós usamos o nome *rigidamente* para nos referirmos ao objeto nomeado, mesmo ao se falar de situações contrafactuais em que a coisa nomeada não satisfaria a descrição em questão. Agora, isso é o que eu acho que de

²⁰ Se alguém contra-argumenta, em relação ao púlpito, que ele *poderia* afinal *vir a* ter sido feito de gelo, e portanto poderia ter sido feito de gelo, eu responderia que o que ele realmente quer dizer é que um *púlpito* poderia se parecer como este, e ter sido colocado na mesma posição que este, e ainda assim ser feito de gelo. Em suma, eu poderia ter estado na *mesma situação epistemológica* em relação ao *púlpito feito de gelo* como na verdade eu estou em relação a este púlpito. No texto principal, eu argumentei que a mesma resposta deveria ser dada para os defensores de que Hesperus poderia ter sido outra coisa além de Phosphorus, ou que Cícero poderia ter sido outra pessoa além de Túlio. Aqui, então, a noção de “contraparte” faz valer seus méritos. Pois, não é essa mesa, mas sim uma “contraparte” epistêmica, que é feita de gelo; não Hesperus-Phosphorus-Vênus, mas duas contrapartes distintas daí, em duas das funções que Vênus desempenha (aquela da estrela da tarde e a da estrela da manhã), que são diferentes. Precisamente por causa desse fato, não é *esta mesa* que poderia ter sido feita de gelo. Enunciados sobre as propriedades modais *desta mesa* nunca se referem a contrapartes. No entanto, se alguém confunde os problemas epistemológicos com os metafísicos, ele estará no caminho para a teoria das contrapartes defendida por Lewis e outros.

fato é verdadeiro para aqueles casos de nomeação em que a referência é fixada por uma descrição. Mas, na realidade, eu também acho, contrariamente à maioria dos teóricos recentes, que a referência de um nome é raramente ou quase nunca fixada por meio de uma descrição. E com isso eu não quero dizer o que Searle diz: “Não é uma única descrição, mas um aglomerado, uma família de propriedades que fixam a referência”. Eu quero dizer que propriedades, nesse sentido, não são usadas *de maneira alguma*. Mas eu não tenho tempo para entrar nisso aqui. Então, vamos supor que pelo menos metade das visões prevaletentes sobre nomeação é verdadeira, que a referência é fixada por descrições. Mesmo se isso fosse verdadeiro, o nome não seria sinônimo da descrição, mas seria usado para *nomear* um objeto que nós selecionamos pelo fato contingente de ele satisfazer determinada descrição. E então, mesmo apesar de nós podermos imaginar um caso em que o homem que escreveu tais obras não teria sido o homem que denunciou Catilina, nós não deveríamos dizer que este seria um caso em que Cícero não teria sido Túlio. Nós deveríamos dizer que este é um caso em que Cícero não escreveu essas obras, mas sim que Cássio as escreveu. E a identidade de Cícero e Túlio continua se mantendo.

Deixe-me voltar ao caso do calor e do movimento das moléculas. Este certamente é um caso que é uma identidade contingente! A filosofia recente tem enfatizado isso de novo e de novo. Então, se for o caso de ser uma identidade contingente, vamos então imaginar sob quais circunstâncias ela teria sido falsa. Agora, em relação a esse enunciado, eu mantenho que as circunstâncias que os filósofos têm em mente serem circunstâncias nas quais ele seria falso não são de fato tais circunstâncias. Primeiro, é claro, é argumentado que “Calor é o movimento de moléculas” é um juízo a posteriori; a investigação científica poderia ter chegado a outro resultado. Como eu disse antes, isso não mostra nada contra a visão de que é um enunciado necessário — pelo menos se eu estiver certo. Mas aqui, com certeza, as pessoas tiveram circunstâncias muito específicas em mente sobre as quais, como elas pensam, o juízo de que o calor é a movimentação de moléculas teria seria falso. Quais foram essas circunstâncias? Alguém pode destilá-las do fato de que nós descobrimos empiricamente que o calor é a movimentação de moléculas. Como foi isso? O que nós descobrimos primeiro quando descobrimos que o calor é a movimentação de moléculas? Há um certo fenômeno externo que nós podemos sentir pelo tato, e ele produz uma sensação que nós chamamos “a sensação de calor”. Nós então descobrimos que o fenômeno externo que produz essa sensação, que nós sentimos, por meio do nosso sentido de tato, é na realidade aquele da agitação molecular nas coisas que nós tocamos, uma agitação molecular de grau muito elevado. Então, poderia ser pensado, para imaginar a situação em que o calor não teria sido o movimento das moléculas, nós teríamos apenas que imaginar uma

situação em que nós tivéssemos a mesma sensação e que ela fosse produzida por outra coisa que não o movimento das moléculas. De maneira similar, se nós quiséssemos imaginar uma situação e que a luz não fosse um feixe de fótons, nós poderíamos imaginar uma situação em que nós fôssemos sensíveis a outra coisa da exata mesma maneira, produzindo o que nós chamamos de experiências visuais, apesar de não através de um feixe de fótons. Para fortalecer o argumento, ou para olhar do outro lado da moeda, nós poderíamos também considerar uma situação em que nós lidássemos com o movimento das moléculas mas em que tal movimento não nos dá a sensação de calor. E poderia também ter ocorrido de que nós, ou pelo menos, as criaturas habitando este planeta, poderíamos ter sido constituídos de uma tal maneira que, digamos, um aumento na movimentação das moléculas não nos daria essa sensação, mas que, pelo contrário, uma diminuição da movimentação das moléculas nos daria a mesma sensação. Pode ser pensado, então, que essa seria uma situação em que o calor não seria a movimentação das moléculas, ou, mais precisamente, em que a temperatura não significaria a energia cinética molecular.

Mas eu acho que não seria assim. Vamos pensar sobre a situação de novo. Primeiro, vamos pensar sobre isso no mundo atual. Imagine agora o mundo invadido por um número de marcianos, que de fato tem a sensação que nós chamamos de “a sensação de calor” quando eles tocam o gelo, que tem baixa movimentação molecular, e que não têm a sensação de calor — na verdade, talvez apenas o inverso — quando eles colocam suas mãos próximos do fogo, o que causa um grande aumento na agitação molecular. Nós diríamos “Ah, isso lança algumas dúvidas sobre o calor sendo a movimentação de moléculas, porque há essas outras pessoas que não sentem a mesma sensação”? Obviamente não, e ninguém pensaria isso. Nós diríamos, em vez disso, que os marcianos de alguma forma sentem a sensação que nós temos quando nós sentimos calor quando eles sentem frio, e que eles não sentem a sensação de calor quando eles sentem calor. Mas vamos agora pensar em uma situação contrafactual.²¹ Suponha que a Terra foi desde o início habitada por essas criaturas. Primeiro, imagine-a não sendo habitada por qualquer criatura: então não há ninguém para sentir qualquer sensação de calor. Mas nós não diríamos que, sob tais circunstâncias, seria necessário ser o caso que o calor não existisse; nós diríamos que o calor poderia ter existido, por exemplo, se houvesse fogo que esquentasse o ar.

²¹ A situação que eu acabei de descrever não é também contrafactual? Pelo menos, poderia ser, se tais marcianos nunca de fato invadiram. Falando estritamente, a distinção que eu quero fazer compara *como nós falaríamos* em uma (possível contrafactual) situação, se ela se desse, e como *nós falamos* sobre uma situação contrafactual, sabendo que ela não se dá — i.e., a distinção entre a linguagem que nós teríamos usado na situação e a linguagem que nós usamos para descrevê-la. (Considere a descrição: “Suponha que nós todos falamos alemão.”. Esta descrição é feita em português). Pode-se fazer mais vívido o primeiro caso ao se imaginar a situação contrafactual como sendo atual.

Vamos supor que as leis da física não fossem muitos diferentes: o fogo aquece o ar. Então teria havido calor mesmo se não houvesse criaturas ao redor para senti-lo. Agora, vamos supor que a evolução ocorre, e a vida é criada, e há algumas criaturas por aí. Mas elas não são como nós, elas são mais como os marcianos. Agora, nós diríamos que o calor subitamente se tornou frio, por conta da maneira com que as criaturas desse planeta o sentem? Não, eu acho que nós deveríamos descrever esta situação como uma situação em que, apesar de as criaturas desse planeta terem nossa sensação de calor, elas não a têm quando são expostas ao calor. Elas a têm quando são expostas ao frio. E isso é algo que nós podemos imaginar muito bem. Nós podemos imaginar isso bem como nós podemos imaginar nosso planeta sendo invadido por criaturas desse tipo. Pense nisso em dois passos. Primeiro, há um estágio em que não há quaisquer criaturas, e pode-se certamente imaginar o planeta tendo tanto calor quanto frio, apesar de não haver ninguém para senti-los. Então, o planeta entra em um processo evolutivo para se povoado por seres com uma estrutura neural diferente da nossa. Então, essas criaturas poderiam ser de tal maneira que elas fossem insensíveis ao calor; elas não o sentem da maneira que nós o sentimos, mas, por outro lado, elas sentem o frio da mesma maneira que nós sentimos o calor. Mas calor ainda seria calor, e frio ainda seria frio. E, particularmente, então, isso não vai contra dizer que nessa situação contrafactual, o calor continuaria *sendo* a agitação molecular, continuaria *sendo* aquilo que é produzido pelas chamas, e assim por diante, assim como teria sido se não tivesse nenhuma criatura no planeta. De maneira similar, nós podemos imaginar que o planeta foi habitado por criaturas que têm sensações visuais quando há ondas sonoras no ar. Nós não deveríamos, portanto, dizer “sob tais circunstâncias, o som teria sido luz”. Em vez disso, nós deveríamos dizer “o planeta foi habitado por criaturas que eram de alguma forma visualmente sensíveis ao som, e talvez mesmo visualmente sensível à luz”. Se isso estiver correto, pode continuar e continuará sendo uma verdade necessária que o calor é a movimentação de moléculas e que a luz é um feixe de fótons.

Para enunciar sucintamente a tese: nós usamos ambos os termos, “calor” e “a movimentação de moléculas” como designadores rígidos para certos fenômenos externos. Uma vez que o calor é de fato a movimentação de moléculas, e os designadores são rígidos, então pelo argumento que eu dei aqui, será uma verdade *necessária* que o calor é a movimentação de moléculas. O que nos dá a ilusão de contingência é o fato de termos identificado o calor pelo fato contingente de que ocorreu de haver criaturas neste planeta (a saber, nós mesmos) que são sensíveis a ele de uma determinada maneira, isto é, que são sensíveis à movimentação das moléculas ou ao calor — e estas são uma e a mesma coisa. E isso é contingente.

Então nós usamos a descrição “aquilo que causa tais e tais sensações, ou aquilo que nós sentimos de tal maneira” para identificar o calor. Mas ao usar esse fato, nós usamos a propriedade contingente do calor, assim como nós usamos a propriedade contingente de Cícero de ter escrito tais e tais obras para identificá-lo. Nós então usamos os termos “calor” em um caso e “Cícero” no outro *rigidamente* para designar objetos os quais eles representam (*for which they stand*). E certamente o termo “a movimentação de moléculas” é rígido; ele sempre representa (*stands for*) a movimentação de moléculas, nunca qualquer outro fenômeno. Então, como o bispo Butler disse, “tudo é o que é e não outra coisa”. Portanto, “calor é a movimentação de moléculas” será necessário, não contingente, e tem-se facilmente a *ilusão* de contingência da maneira com que se poderia ter a ilusão de contingência ao pensar que esta mesa poderia ter sido feita de gelo. Nós podemos pensar que alguém poderia imaginar isso, mas se nós tentarmos, nós podemos ver em reflexo que o que nós estamos realmente imaginando é apenas o haver um outro púlpito nesta posição aqui que foi feito de gelo. O fato de que nós podemos identificar esse púlpito com o objeto que nós vemos e tocamos em tal posição é algo mais.

Agora, como isso se relaciona com o problema da mente e corpo? É comumente sustentado que este é um enunciado contingente assim como “calor é a movimentação de moléculas”. Isso não pode ser. Isso não pode ser um enunciado de identidade contingente como “calor é a movimentação de moléculas” porque, se eu estiver correto, “calor é movimentação de moléculas” não é um enunciado de identidade contingente. Vamos olhar para esse enunciado. Por exemplo, “o meu sentir dor em tal tempo é o meu ser em tal estado mental em tal tempo”, ou, “dor em geral é tal estado neural (cerebral)”.

Sustenta-se que isso é contingente sobre as seguintes bases. Primeiro, nós podemos imaginar o estado cerebral existindo apesar de não haver qualquer dor. É apenas um fato científico que quando nós estamos em certo estado cerebral, nós sentimos dor. Segundo, pode-se imaginar uma criatura tendo dor, mas não tendo qualquer estado cerebral específico, talvez nem mesmo tendo cérebro. Pessoas podem até mesmo pensar, pelo menos *prima facie*, apesar de elas poderem estar erradas, que elas podem imaginar criaturas totalmente desencarnadas (*disembodied*), ou, pelo menos, criaturas que não têm corpos de alguma maneira parecidos com os nossos. Então, parece que nós podemos imaginar circunstâncias definitivas nas quais essa relação teria sido falsa. Agora, note que, se tais circunstâncias são efetivamente circunstâncias, nós não podemos lidar com elas simplesmente dizendo que isso é apenas uma ilusão, isto é, algo que nós aparentemente podemos imaginar mas na verdade não podemos, da mesma maneira que nós pensamos erroneamente que nós poderíamos imaginar uma situação na qual o calor não fosse a movimentação de

moléculas. Porque, apesar de nós podermos dizer que nós escolhemos o calor contingentemente pela propriedade contingente de ele nos afetar de tal maneira, nós não podemos, de maneira similar, dizer que nós escolhemos a dor contingentemente pelo fato de que ela nos afeta de tal e tal maneira. Em tal cenário, haveria o estado cerebral, e nós o escolheríamos pelo fato contingente de que ele nos afeta como dor. Agora, isso poderia ser verdade do estado cerebral, mas isso não pode ser verdadeiro da dor. A experiência em si tem que ser *esta experiência*, e eu não posso dizer que ser uma dor é uma propriedade contingente da dor que eu estou sentindo.²² Na verdade, pareceria que ambos os termos “minha dor” e “meu estar em tal estado cerebral” são, primeiro, designadores rígidos. Isto é, sempre que qualquer coisa for tal dor, essa coisa é essencialmente aquele objeto, a saber, tal estado cerebral. Então ambos são designadores rígidos. Não se pode dizer que essa dor poderia ter sido uma coisa diferente, algum outro estado. Estes são ambos designadores rígidos.

Segundo, a maneira que nós pensaríamos em selecioná-los — a saber, a dor por ser uma experiência de um determinado tipo, e o estado cerebral por ser um estado de um certo objeto material, tendo tal configuração molecular —, ambas são maneiras de escolher seus objetos essencialmente e não acidentalmente, isto é, elas os escolhem por suas propriedades essenciais. Sempre que as moléculas *estão* nessa configuração, nós *temos* tal estado cerebral. Sempre que você sente *isso*, você terá dor. Então, parece que o teórico da identidade está com alguns problemas, pois, uma vez que nós temos dois designadores rígidos, o enunciado de identidade em questão é necessário. Pelo fato de os objetos serem selecionados essencialmente, nós não

²² As teorias da identidade mais populares defendidas hoje falham explicitamente em satisfazer esse requerimento simples. Pois, essas teorias geralmente mantêm que um estado mental é um estado cerebral, e que o que torna o estado cerebral em estado mental é o seu “papel causal”, o fato de que ele tende a produzir certos comportamentos (como intenções produzem ações, ou a dor produz comportamento de dor) e ser produzido por certos estímulos (por exemplo, dor por alfinetadas). Se as relações entre o estado cerebral e suas causas e efeitos são tomadas como contingentes, então *estar em tal-estado-mental* é uma propriedade contingente do estado cerebral. Seja X a dor. Os teóricos da identidade do tipo causal mantêm (1) que X é um estado cerebral, (2) que o fato de X ser dor deve ser analisado (grosseiramente) como o fato de X ser produzido por certos estímulos e produzir certo comportamento. O fato mencionado em (2) é, certamente, considerado como contingente: o estado mental X poderia existir e não tender a produzir o comportamento apropriado na ausência de outras condições. Então (1) e (2) asserem que uma certa dor X poderia ter existido, mas não ter sido dor. Parece-me ser auto-evidentemente absurdo. Imagine qualquer dor: é possível que *ela própria* poderia ter existido, mas não ter sido uma dor?

Se $X = Y$, então X e Y compartilham todas as propriedades, inclusive propriedades modais. Se X é uma dor e Y é o estado cerebral correspondente, então *ser dor* é uma propriedade essencial de X, e *ser um estado cerebral* é uma propriedade essencial de Y. Se a relação de correspondência é, de fato, a identidade, então deve ser *necessário* de Y que ele corresponda à dor, e *necessário* de X que ele corresponda a um estado cerebral, na verdade, para este estado cerebral particular, Y. Ambas as asserções parecem falsas: *parece* claramente possível que X pode ter existido sem o estado cerebral correspondente; ou que o estado cerebral poderia ter existido sem ser sentido como dor. Teóricos da identidade não podem, contrariamente à sua prática presente quase universal, aceitar estas intuições; eles devem negá-las, e explicar de maneira a não utilizá-las. Isso não é algo tão fácil de ser fazer.

podemos dizer que o caso em que você parece imaginar que o enunciado de identidade é falso, é realmente uma ilusão, como a ilusão que se tem no caso do calor e da movimentação molecular, porque aquela ilusão depende do fato de que nós selecionamos o calor por uma certa propriedade contingente. Então há muito pouco espaço para manobra; talvez nenhum.²³ Os teóricos da identidade, que mantêm que a dor é um estado cerebral, também têm que manter que é necessariamente o estado cerebral. Ele, portanto, não pode conceder, mas tem que negar, que poderia haver situações nas quais alguém teria tido dor mas não o estado cerebral correspondente. Agora, geralmente, em argumentos na teoria da identidade, isso está bem longe de ser negado. Na verdade, é concedido desde o início pelo materialista, bem como por seu oponente. Ele diz “Claro, *poderia* ter sido o caso que nós tivéssemos dores sem os estados cerebrais. Isso é uma identidade contingente”. Mas isso não pode ser. Ele deve manter que nós estamos em alguma ilusão ao pensar que nós podemos imaginar que poderia ter havido dor sem estados cerebrais. E o único modelo que eu posso pensar do que poderia ser a ilusão, ou pelo menos o modelo dado pela analogia que os próprios materialista sugerem, a saber, calor e movimento molecular, simplesmente não funciona nesse caso. Então, o materialista está contra um desafio muito duro (*stiff*). Ele tem que mostrar que essas coisas que nós pensamos que podemos ver como possíveis não são de fato possíveis. Ele tem que mostrar que essas coisas que nós podemos imaginar não são de fato coisas que nós podemos imaginar. E isso requer um argumento filosófico bem diferente do tipo que foi dado no caso do calor e da agitação molecular. E ele tem que ser um argumento mais profundo e mais sutil que qualquer um que eu possa compreender, e mais astuto que qualquer um dos que apareceu em qualquer literatura materialista que eu já li. Então,

²³ Um breve recomeço do argumento pode ser bem prestativo aqui. Se “dor” e “estimulação das fibras C” são designadores rígidos de fenômenos, aquele que os identifica deve tratar a identidade como necessária. Como pode essa necessidade ser reconciliada com o aparente fato de que a estimulação das fibras C poderia não estar correlacionada com a dor? Nós podemos tentar responder por analogia ao caso do calor e da agitação molecular: a última identidade, também, é necessária, mas alguém pode acreditar que, antes que a investigação científica mostrou o contrário, a movimentação molecular poderia não ter sido calor. A resposta é que, certamente, o que é realmente possível é que as pessoas (ou algum ser racional ou senciente) poderiam ter estado na *mesma situação epistêmica* que nós estamos agora, e identificar um *fenômeno* da mesma maneira que nós identificamos o calor, a saber, ao senti-lo pela sensação que nós chamamos de “a sensação de calor”, sem o fenômeno ser o de movimentação molecular. Ainda, os seres podem não ter sido sensíveis à movimentação molecular (i.e., ao calor) por qualquer mecanismo neural. É impossível explicar a aparente possibilidade de a estimulação de fibras C não ter sido dor do mesmo jeito. Aqui, também, nós teríamos que supor que nós poderíamos ter estado na mesma situação epistemológica, e identificar algo da mesma maneira que nós identificamos dor, sem que isso corresponda à estimulação das fibras C. Mas a maneira com que nós identificamos a dor é sentindo-a, e se a estimulação da fibra C poderia ter ocorrido sem o nosso sentimento de dor, então a *estimulação* da fibra C teria ocorrido sem haver dor, contrário à necessidade da identidade. O problema é que apesar de “calor” ser um designador rígido, o calor é escolhido pela propriedade contingente de ele ser sentido de uma certa maneira; a dor, por outro lado, é escolhida por uma propriedade essencial (de fato, necessária e suficiente). Pois, a sensação ser *sentida* como dor é *ser* dor.

a conclusão desta investigação seria a de que as ferramentas analíticas que nós estamos usando vão contra a tese da identidade e então vão contra a tese geral de que estados mentais são apenas estados físicos.²⁴

O próximo tópico seria a minha própria solução para o problema mente-corpo, mas isso eu não tenho.

²⁴ Todos os argumentos contra a teoria da identidade que se baseiam na necessidade da identidade, ou na noção de propriedade essencial são, certamente, inspirados no argumento de Descartes para seu dualismo. Os argumentos anteriores, que foram superficialmente refutados pelas analogias do calor e da agitação molecular, e o inventor das lentes bifocais, que foi também o diretor geral dos correios, têm uma tal inspiração: e assim também tem meu argumento aqui. R. Albritton e M. Slore me informaram que eles tentaram, de maneira independente, dar argumentos essencialistas contra a teoria da identidade, e provavelmente outros também fizeram o mesmo.

O argumento cartesiano mais simples talvez possa ser rerepresentado como se segue: Seja “A” um *nome* (designador rígido) do corpo de Descartes. Então, Descartes argumenta que uma vez que ele poderia existir mesmo se A não existisse, $\Diamond(\text{Descartes} \neq A)$, logo, $\text{Descartes} \neq A$. Aqueles que o acusaram de uma falácia modal esqueceram que “A” é rígido. Seu argumento é válido, e sua conclusão é correta, dado que sua (talvez duvidável) premissa é aceita. Por outro lado, dado que Descartes é considerado como tendo deixado de existir em sua morte, “ $\text{Descartes} \neq A$ ” pode ser estabelecido sem o uso do argumento modal; pois, se sim, não há dúvidas de que A sobreviveria Descartes quando A era um corpo. Logo, A tem uma propriedade (existindo em certo tempo) que Descartes não tinha. O mesmo argumento pode mostrar que uma estátua não é o pedaço de pedra, ou o agregado (conger) de moléculas, do qual ela é composta. A mera não-identidade, então, pode ser uma conclusão fraca. (Ver D. Wiggins, *Philosophical Review*, 77 (1968). 90ff.). O argumento cartesiano modal, porém, certamente pode ser estendido (deployed) para sustentar também conclusões relevantes mais fortes.